

A IMPLICITAÇÃO E A EXPLICITAÇÃO DA PERSPECTIVA IRÔNICA EM CITAÇÕES DA FOLHA DE SÃO PAULO

Sonia Aparecida Lopes Benites
Universidade Estadual de Maringá, Brasil

1. Conhecendo o jornal

1.1. No espelho

A leitura do Novo Manual de Redação da Folha de S.Paulo (NMR), publicado em 1992, permite captar a auto-imagem desse periódico, que se propõe "*realizar um jornalismo crítico, apartidário e pluralista*". (p. 13) Para mostrar a realidade do ponto de vista crítico, postula-se a comparação de fatos, o estabelecimento de analogias, a identificação de atitudes contraditórias e a veiculação de diferentes versões para um mesmo acontecimento. O NMR enfatiza que o jornalismo crítico não depende da opinião de quem escreve, sendo mais contundente o registro ou o confronto de dados, as informações e opiniões alheias do que as do próprio jornalista (cf. verbete *opinião*). Nesse sentido, assenta-se que a opinião do jornalista não deve permear o texto noticioso, mas constar de texto à parte, geralmente assinado, e ser fundamentada e sustentada por fatos e dados concretos.

O apartidarismo e o pluralismo pregam o não atrelamento do jornal a grupo, tendência ideológica, ou partido político (p. 8). Conforme uma peça publicitária sobre o veículo, "*é do leitor que a Folha depende para se manter independente de governos, partidos ou grupos*". Estabelecem, ainda, que o jornal deve negar-se a participar de campanhas para enaltecer ou desacreditar pessoas, e adotar uma posição clara face a toda questão controversa, além de publicar posições divergentes da sua.

Além de estar presente no NMR, a imagem que o jornal tem de si e que deseja transmitir aos outros pode ser apreendida também a partir de campanhas publicitárias, desenvolvidas periodicamente. Nessas campanhas, o desempenho da **Folha de S.Paulo** é freqüentemente comparado ao do jornal **Estado de S.Paulo**, sempre referido como concorrente, em termos de independência, circulação, capacidade de formação de opinião, vanguarda na informação.

Pode-se constatar, na auto-imagem do jornal em estudo, uma certa contradição, pois ele se vê, ao mesmo tempo, como um veículo independente, apartidário, pluralista, de vanguarda, ágil e preciso na denúncia e na veiculação da informação. Mas, enquanto independência, apartidarismo e pluralismo pressupõem um jornalismo não opinativo, vanguarda e denúncia supõem opinião clara, tomada de posição específica. Essa contradição já anuncia a tensão entre a pretendida objetividade do jornal e o seu caráter opinativo.

Por outro lado, a idéia que a "**Folha**" faz de seu alocutário-padrão é a de um leitor mais escolarizado que a média dos brasileiros e interessado não só em notícias, mas também numa análise mais cuidadosa dos fatos e no aprofundamento de matérias referentes a um abrangente leque de atividades profissionais e socioculturais, tais como economia,

política, educação, cultura, saúde, informática, agropecuária, turismo, todas elas abordadas pelo jornal.

Embora não seja explicitada, essa imagem pode ser depreendida pelo próprio esquema de estruturação do jornal e pela comparação da **Folha de S.Paulo** com os outros dois diários editados pela empresa Folha da Manhã: **Notícias Populares** e **Folha da Tarde**, que possuem públicos inteiramente diferentes. O primeiro apresenta uma linguagem notoriamente marcada por valores expressivo-apelativos e se dirige às classes mais populares, enquanto o jornal **Folha da Tarde**, segundo Faria (1991), equaciona as funções referencial e expressiva, e é dirigido a uma classe média "sem grandes pretensões intelectuais", que deseja, principalmente, ser informada sobre os principais acontecimentos do dia.

Quanto à relação com o leitor, a imagem promovida é a de um respeito recíproco, devendo-se o sucesso do jornal aos compromissos que tem apenas com quem o lê. O periódico afirma satisfazer plenamente as expectativas de quem o procura, por manter uma eficiente prestação de serviços de informação e orientação e se apresenta como o preferido em todo o país.

1.2. O jornal visto por outros

Nem sempre foi possível identificar claramente a diretriz ideológica que conduz o periódico em estudo, uma vez que, segundo Marcondes Filho (1986), diferentemente de seu principal concorrente, a **Folha de S.Paulo** não tinha, até pouco tempo, uma identidade política definida.

Segundo o autor, enquanto **O Estado de S.Paulo** sempre se posicionou como um jornal ideológico de envergadura, um veículo conservador, um porta-voz das elites que compuseram o empresariado do Estado, a **Folha de S.Paulo**, periódico lido majoritariamente pelos diversos setores da classe média, oscilou, como esses setores, de posições direitistas para esquerdistas. Teria chegado a ficar, por vezes, do mesmo lado de **O Estado**, como ao colocar-se contra o ex-presidente João Goulart e sua república sindicalista-populista. Em outros momentos, como no período da censura à imprensa, imposto pelo governo Médici, enquanto outros veículos publicavam, nos espaços de matérias censuradas, receitas culinárias, versos de Camões, desenhos, arvorezinhas e faixas pretas, a Folha abstinha-se de protestar contra as arbitrariedades cometidas pelo governo.

Conforme o mesmo registro, uma outra feição do jornal começou a ser delineada, a partir do início da abertura política, quando houve uma espécie de explosão das camadas médias da população, até então sufocadas pelo fechamento político. Nesse momento, a Folha tratou de absorver rapidamente jornalistas da imprensa alternativa e, a partir daí, procurou lançar-se como o jornal da abertura.

O empenho na campanha de 82, como simpatizante do PMDB, já significara um primeiro passo na sua afirmação política. Com a perspectiva das diretas-já, em 1984, Marcondes Filho lembra que a Folha entrou no movimento, após curta indecisão, transformando-se em sua porta-bandeira, e, constatando a agregação de que passara a ser objeto, obteve, através dele, dividendos ideológicos e econômicos.

Esse momento equivale ao quarto período por que passou a **Folha de S.Paulo**, em seu caminho de constante mudança de tendências, abordado por Sevckenko (1985). Nesse período, segundo o autor, após passar por uma reformulação econômica, tecnológica e comercial, o Jornal definiu uma linha de atuação visando a fazer pressões em prol da abertura do regime militar, lançou-se na campanha pela Assembléia Nacional Constituinte,

e, finalmente, teve uma atuação ativa na campanha pelas eleições diretas. Nos três períodos precedentes, o jornal havia-se voltado, respectivamente, para as questões administrativas da cidade de São Paulo, para a defesa dos interesses dos cafeicultores paulistas e, de 1945 a 1961, havia buscado a identificação com o discurso desenvolvimentista, então em voga.

Poder-se-ia acrescentar que, após a derrota da emenda das eleições diretas, o jornal prosseguiu na defesa da normalidade democrática, assumindo uma atitude fiscalizadora junto a governantes de todos os níveis, o que permite classificá-lo, no período abrangido pelo "corpus", que vai de março a julho de 1991, como um veículo de oposição ao governo.

O momento histórico referido teve importância decisiva para o Brasil contemporâneo, uma vez que coincidiu com o início da veiculação dos episódios que culminariam no "*impeachment*" do presidente da República, Fernando Collor de Mello. Após um pequeno distanciamento temporal, é possível constatar que o jornal, mais do que narrar e comentar os fatos, influenciou o seu desfecho.

Como se sabe, na época, ocorria o famoso embate Folha - Collor: o presidente movia um processo judicial contra o jornal, supostamente, devido à divulgação de especulações sobre contratações ilegais que teriam sido realizadas pelo governo federal. O jornal, por seu lado, argumentava não ter sido o único nem o primeiro periódico a fazê-lo, embora fosse o único a sofrer sanções, fato que demonstraria claramente "*um desejo de perseguir a Folha*", por parte do governo federal. Esse tema foi alvo de uma carta aberta dirigida à população, publicada por Otávio Frias Filho, editor do jornal, em 25/04/91.

2. Contando a história

Os atributos mais caros para um veículo de imprensa são, sem dúvida, a imparcialidade, a objetividade, a exatidão das informações, características responsáveis pela construção da reputação do veículo e de sua relação com o leitor. Para a **Folha de S. Paulo**, a notícia, sua matéria-prima, consistiria no "*puro registro de fatos, sem opinião*" (NMR, verbete notícia).

Entretanto, esse caráter impessoal, ingenuamente atribuído à notícia pelos meios de comunicação atuais, é apenas aparente, já que, segundo Lage (1985-b), se ela não reflete crenças e perspectivas do indivíduo, como ocorria em um momento histórico anterior, certamente reflete crenças e perspectivas da coletividade que a produz. Para o autor, a melhor técnica redacional apenas oculta preconceitos e pontos de vista do grupo social dominante.

O NMR, apesar de reconhecer, igualmente, a inexistência de objetividade plena no jornalismo, afirma que esse fato não desobriga aquele que escreve de procurar manter uma atitude de distanciamento crítico em relação ao assunto e às personagens de qualquer notícia, tendo em vista o alcance da objetividade possível.

E, embora a manifestação de opinião esteja, por norma, circunscrita às colunas e aos artigos, admite-se no texto noticioso da **Folha de S. Paulo** a interpretação e a análise. Estas, segundo norma do jornal, devem aparecer assinadas e em grifo e o tom dos textos noticiosos deve ser sóbrio e descritivo, pois, conforme o NMR, "*mesmo em situações dramáticas ou cômicas, é essa a melhor maneira de transmitir o fato da emoção*"(p. 47).

Se, como se sabe, não existem discursos objetivos ou subjetivos, existem estratégias discursivas que, habilmente empregadas, constroem o efeito de objetividade ou de subjetividade. Segundo Lage (1985-a), uma tática importante para o jornal construir uma relação de poder ancorada na confiança é fazer com que a verdade empírica das proposições mais facilmente verificáveis pelos leitores contagie de credibilidade as

proposições menos verificáveis. Conforme lembra o autor, é sempre mais fácil manipular informações remotas ou abstratas.

Entre as proposições mais facilmente verificáveis pelo leitor, destacam-se os relatos de fala, as declarações textuais, que, na visão do NMR, conferem credibilidade à informação e dão vivacidade à reportagem, além de ajudar o leitor a conhecer melhor a personagem da notícia. Lembrando, porém, que "*fatos são mais fortes que declarações*" (p. 27), o Manual recomenda que o emprego de relatos de fala seja reservado a declarações de grande impacto, seja por seu conteúdo, seja por seu caráter incomum e inesperado.

Esse efeito de objetividade comumente atribuído pela imprensa ao relato do discurso do outro revela-se, porém, ilusório, já que, conforme Bakhtin (1979), as palavras do outro introduzidas em um discurso são revestidas, inevitavelmente, da compreensão e da avaliação do locutor que delas lança mão, tornando-se, portanto, bivocais. Dessa forma, o relato de fala constitui-se em um recurso altamente argumentativo, utilizado para persuadir, "*atingir a vontade*", buscar adesão, e envolve, basicamente, subjetividade. Dentre as funções que um relato de fala pode exercer no texto de quem dele se utiliza, podem ser enumeradas: imprimir autenticidade ao discurso citante, relacionar o discurso novo a um universo textual maior, servir como signo de convivência, reforçar ou refutar um argumento, demonstrar o distanciamento do locutor citante em relação à fala relatada e ridicularizar a declaração relatada ou seu autor. Os relatos que exercem esta última função são o objeto do presente trabalho.

3. Comentando a história

Embora, na teoria, o jornal em análise recomende a seus jornalistas que evitem imprimir às palavras *tom irônico*, recurso admitido apenas em textos assinados ou em colunas de bastidores (e, mesmo assim, com cautela, já que a ironia pode não ser entendida pelo leitor) não é esse o comportamento que uma análise do periódico revela.

Partindo da consideração de que o locutor que cita comenta o trecho citado, podendo concordar com ele ou discordar dele, verificou-se em trabalho anterior (Benites, 1996), que procedeu à ampliação da classificação das funções da citação feita por Maingueneau (1989), sobretudo no discurso jornalístico, que uma das maneiras utilizadas para, velada ou explicitamente, demonstrar discordância em relação a uma fala é citá-la de forma a confirmar seu descrédito nela, ridicularizando-a, referindo-se a ela ironicamente.

A ironia confluenta com o processo de citação de falas é um fenômeno complexo no qual se revela, simultaneamente, uma polifonia de locutores e de enunciadores (Ducrot, 1984): de locutores, pelo cruzamento de falas que acompanha todo processo de dupla enunciação, típico das formas de discurso relatado; de enunciadores, porque, identificados com um e com outro locutor, entram em cena dois pontos de vista diferentes, ou dois enunciadores.

Segundo Reyes (1984), o locutor irônico cumpre dois papéis ao mesmo tempo: o de um locutor fictício, ingênuo, ao qual é atribuída uma proposição literalmente expressa, e o de um verdadeiro agente do ato de fala, que nega ou questiona essa proposição. A negação ou o questionamento são feitos de forma subentendida e só podem ser apreendidos a partir de marcas deixadas pelo locutor, que podem ser lingüísticas, gestuais ou situacionais.

Durante o ato de fala fictício, o locutor ingênuo dirige-se a um interlocutor igualmente imaginário, capaz de compartilhar os valores que o locutor irônico nega.

Imbricando sua voz nessa comunicação ingênua, o locutor irônico dirige-se a um interlocutor igualmente irônico, que ouve a enunciação polifônica e reconstrói o verdadeiro significado daquilo que o locutor irônico diz pela boca do locutor ingênuo.

Para a autora, é esse o traço definitório das enunciações irônicas: o ser um e ser o outro, o dizer uma e dizer outra coisa, simultaneamente. A inversão que ocorre na ironia não é, portanto, uma inversão de significados, mas uma inversão de papéis.

Apesar de produzir um enunciado que possui, a um só tempo, dois valores contraditórios, o autor de uma enunciação irônica escapa às normas de coerência impostas a toda argumentação, não sendo submetido às sanções que o desvio a essas normas deveria acarretar. Segundo Berrendonner (1988), aí reside o interesse estratégico da ironia: na possibilidade de desmontar certas sanções ligadas às normas da instituição da linguagem, frustrando o assujeitamento dos enunciadores às regras da racionalidade e convivência sociais.

A falsa adesão do locutor citante a um ponto de vista que não é propriamente o seu, enquanto enunciador tem a função argumentativa de exprimir uma concepção absurda ou distorcida de uma dada realidade e, com isso, convencer o leitor de um ponto de vista contrário. Daí, o valor polifônico-argumentativo de todo processo de ironia.

Considera-se, neste trabalho, que a citação com essa função pode pender para o sarcasmo ou para o humor. Para exemplificar a primeira modalidade, vale lembrar uma reportagem assinada por Josias de Souza, de 12 de maio de 1991, enfocando as causas da queda da ministra Zélia Cardoso de Mello, que apresenta uma conotação irônico-sarcástica, ao indicar, através de aspas, o inconveniente grau de intimidade existente entre as personagens referidas na fala (Zélia e Bernardo Cabral, dois ministros de Estado). Observa-se aí que a presença da ironia consiste em adotar e destacar pelas aspas, na estrutura interna do discurso indireto, um rápido permeio de fala da locutora citada e o ponto de vista do enunciador que ela representa, não para conjugar-se a ele, mas para expô-lo ao ridículo.

A então fortalecida ministra (Zélia) não negou o encontro na casa de Flores, mas disse (ao presidente Collor) que ele havia ocorrido há muito tempo. Afirmou ainda que não via "Bernardo" desde janeiro de 91.(12/05, 1-10).

O mesmo pode ser observado em um artigo da página 1-2, retratando a reação de Gilberto Dimenstein à afirmação feita pelo presidente Collor de que grupos organizados estariam tentando impedir o desenvolvimento do país. Dentro da linha editorial determinada pelo jornal, o articulista mostra que as acusações do presidente eram infundadas, lembrando que o poder legislativo havia aprovado as Medidas Provisórias decretadas por ele, em sua maioria; os empresários e sindicalistas, “apesar da barulheira”, haviam aceitado as decisões; os governadores, em início de mandato, ainda estavam dóceis; e a justiça só recentemente começara a cobrar dos governantes obediência às leis. Além disso, Collor contara, durante um bom tempo, com o apoio de grande parte da imprensa, que vira nele um “estadista”. Como se sabe, a **Folha de S.Paulo** cedo deixou de se incluir nessa fatia da imprensa, uma vez que entrou em atrito com o presidente, logo no início do seu governo. Dessa forma, só pode ser interpretado como irônico e discordante o atributo tomado da voz geral da imprensa, aspeado pelo jornalista, bem como o verbo enaltecer, empregado no contexto:

***Durante um bom tempo, uma imensa fatia da imprensa
enalteceu as qualidades de "estadista" de Collor.(05/05, 1-2).***

Diferentemente daquela que pende para o sarcasmo, na ironia direcionada para o humor, o locutor citante atenua sua discordância ou reprovação para com o conteúdo citado, com um posicionamento zombeteiro, jocoso. É o caso de uma referência feita pelo deputado Delfim Netto à prefeita Luíza Erundina. Como se sabe, a prefeita é natural da Paraíba, Estado sempre carente de chuvas, e cujos moradores costumam invocar o auxílio dos santos, em especial do Padre Cícero, para a solução de seus problemas. Tirando partido desse fato de conhecimento comum, representando a voz geral do povo da Paraíba e, ao mesmo tempo, adaptando-a ao novo contexto, o locutor Delfim faz uma declaração com grande efeito humorístico, captado pelo Jornal:

***Do deputado federal Delfim Netto (PDS -SP) sobre o
volume de chuvas que caiu sobre São Paulo, inundando a cidade,
desde que a prefeita Luíza Erundina (PT) tomou posse:
- Com essa capacidade da Erundina de atrair chuva, se ela
voltasse para a Paraíba ia ser chamada de "Madre
Cícera".(28/04/91, 1-4).***

As aspas permitem, no exemplo dado, o destaque para a expressão que cria o humor e para a intertextualidade que ela explora. Há aqui três planos: o do jornalista que cita, o de Delfim e o da fala nordestina suscitada, em uma primeira intertextualidade, por Delfim. Na acolhida da fala de Delfim, sob forma de discurso direto, manifesta-se a simpatia do jornalista para com o humor produzido e a intenção de trazer à luz uma declaração típica dos bastidores folclóricos da política.

Outro caso de ironia com efeito jocoso pode ser encontrado no relato de uma declaração feita pelo ministro da Aeronáutica, Sócrates Monteiro, ao repórter Eumano Silva, em abril de 1991. Nessa época, os militares reivindicavam melhores salários, argumentando que homens mal remunerados colocam em risco a "*segurança da pátria*", já que os problemas financeiros não lhes dão a tranquilidade necessária para bem desempenhar suas atividades. Uma declaração do ministro, com esse conteúdo, foi feita após a condecoração da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, com a Ordem do Mérito Aeronáutico. Sendo a ministra a principal responsável por um possível reajuste salarial, parecia clara a intenção dos militares em agradá-la. Questionado a esse respeito, o ministro, obviamente, negou qualquer relação entre a condecoração e as reivindicações dos militares. O repórter marca seu descrédito no desmentido, através da seguinte manchete com conotação irônico-humorística, baseada na exploração de um fragmento de citação da fala do ministro, dada sob forma de discurso indireto, no corpo da notícia:

***Medalha a Zélia "foi coincidência"
(24/4, 1-4)***

4. Estruturas utilizadas para ironizar o discurso relatado

4.1. Diluindo a autoria

De maneira geral, no discurso irônico, a menção que duplica o uso da linguagem é velada, sendo possível estabelecer-lhe o sentido unicamente em sua relação com outros

discursos e em sua relação com a situação histórico-ideológica em que foi produzido. No discurso relatado presente no texto jornalístico, particularmente, o não atendimento a esse pré-requisito pode levar o destinatário a interpretar equivocadamente a intenção irônica do locutor.

Outro fator que pode dificultar a atribuição do sentido irônico à citação é a extrema variação formal que pode ser observada em sua estrutura, particularmente no discurso jornalístico. A título de exemplificação, é possível lembrar a tendência ao aspeamento no discurso indireto, em que não se pretende passar a impressão de reprodução literal. O recurso a esses diacríticos em certas expressões tem a função, entre outras, de marcar lances de ironia, dúvida ou ênfase.

É também comum na **Folha de S.Paulo** a citação iniciar-se em discurso direto e ser seguida de uma seqüência sintetizadora do conteúdo da fala. É o que pode ser notado no registro do tom pitoresco das palavras do jornalista Paulo Francis, citadas por Roberto Romano, sem o emprego de aspas, o que torna ambígua a citação, dificultando o estabelecimento do limite entre o que diz o jornalista e o que diz o locutor citado. É evidente que essa diluição de autoria pode ser precisamente o efeito desejado pelo locutor citante.

No referido artigo, publicado na seção TENDÊNCIAS/DEBATES do dia 17 de abril de 1991, o autor, citando Erasmo, em *"Rei ou tolo, se nasce"*, aborda a tolice e cegueira de povos que admiram em seu governante atributos inteiramente dispensáveis para o exercício do cargo.

As palavras de Paulo Francis, proferidas quando da posse do presidente, são empregadas com o intuito de ilustrar a consideração de que a população brasileira elegera Collor graças a sua aparência, a seu discurso, a sua posição social e a sua formação cultural.

Entretanto, o não aspeamento das palavras citadas, torna difícil o estabelecimento de fronteiras entre a fala de Romano e a de Francis, não sendo possível estabelecer com exatidão se a seleção das expressões é do locutor citante ou do locutor-fonte. A dúvida se dissipa com a observação do trecho que se segue, que mais parece um comentário sintetizador da fala de Paulo Francis, com tomadas do pitoresco das declarações do locutor citado. Fica claro aí que, embora concorde com a observação sobre a aparência do presidente, Romano considera o detalhe cosmético inteiramente acessório, insuficiente para compensar as deficiências de caráter e a incapacidade política do chefe do governo federal.

Assim, a dificuldade inicial em estabelecer qual é o locutor responsável pelas expressões *"novo príncipe"* (Collor) e *"candidato derrotado, mas digno"* (Lula), esclarece-se logo após, quando Romano se refere a Paulo Francis como *"adulão contumaz dos fortes"*, o que desautoriza qualquer declaração sua, no artigo em questão:

Quando o atual ocupante do poder federal assumiu o cargo, Paulo Francis exclamou: ele é bonito, alto, loiro. No momento, o articulista comparava o novo príncipe com Luís Inácio da Silva, candidato derrotado, mas digno. Não só o adulão contumaz dos fortes, mas também as senhoras da classe média, viam no eleito, à guisa de dote político, o lado cosmético.
(17/04/91,1-3)

Mais adiante, o autor, ainda lembrando Erasmo, afirma que a lisonja torna-se verdadeira praga no caso de o governante apresentar traços despóticos. Graças à lisonja, o

crítico honesto de ontem dobra a espinha e a língua, mudando radicalmente o sentido de suas palavras. Para ilustrar essa constatação, o articulista faz referência à mudança verificada no discurso do governador Leonel Brizola, que, durante a campanha presidencial de 1989, argumentando contra a candidatura Collor, pedira à população que extraísse das entranhas o "não" às pessoas que herdaram costumes e atos ditatoriais.

Na passagem referida, há um misto de estruturas de discurso direto (na forma de introdução) e de discurso indireto (na transposição do tempo verbal). Reflete-se aí uma tendência do Jornal para a liberdade no manejo de estruturas, que consiste em uma fusão entre locutor citante e locutor citado, muito próxima daquela que ocorre no discurso indireto livre:

De forma gaiata, mas ligada ao verdadeiro, o mesmo político disse, e repetiu: escolher entre Collor e Maluf era optar entre o capeta e o coisa ruim.

A ausência de aspas, após a introdução típica de discurso direto, faculta mais ainda a simbiose entre os dois locutores, fazendo crer que, nesse contexto, o jornalista concorda inteiramente com a afirmação do político. Essa posição pode ser confirmada pela qualificação da declaração como "gaiata, mas ligada ao verdadeiro".

4.2. Envolvendo o leitor

Na introdução de uma fala citada em discurso direto, pode ser registrado o recurso à preposição de seguida pelo nome do locutor e, ocasionalmente, por uma construção adverbial especificadora do assunto a respeito do qual trata a elocução. Essa construção parece sugerir um verbo "audiendi" elíptico no início da frase, já que se reconhece a posição de ouvinte que se auto-atribui o locutor que cita. A citação em discurso direto que se segue ao recurso gráfico dos dois pontos, pode vir aspeada ou precedida de travessão. Embora possa aparecer em outras seções do jornal, essa estrutura é típica do Tiroteio, seção que explora o anedótico, os casos folclóricos que são contados no meio político. Assim se justifica o feito coloquial da fala citada na coluna:

***Do presidente do PMDB, Orestes Quercia, sobre o governo do presidente Fernando Collor:
- O governo Collor vai muito mal. O pessoal que está tomando conta não é do ramo. Quando aprender, acaba o mandato.
(08/05/91 p. 1-4).***

A estrutura referida apresenta a ocorrência de um discurso direto dentro da narração. Ao abordar a natureza da interseção entre esses dois procedimentos, Weinrich (1968) observa que no discurso direto tem-se uma narração de segundo grau, ou seja, a presença de tempos do comentário dentro de uma narrativa. Configura-se aí uma metáfora temporal que confere ao relato um pouco da tensão, do compromisso e da seriedade que não são característicos do mundo narrado, mas do mundo comentado. Isso faz com que o discurso pareça mais direto, mais próximo, mais verdadeiro, provocando no leitor a ilusão de que realmente o está ouvindo.

Um efeito dessa natureza pode ser identificado na exploração do relato de diálogos, tipicamente presente nas seções que enfocam o aspecto jocoso das declarações

(Contraponto e Tiroteio). Muitas vezes, os diálogos são aí transcritos integralmente, mantendo-se desperta a lembrança do mundo narrado na consciência do leitor através de uma apresentação inicial explicativa do contexto histórico em que se dá o diálogo e através da identificação ora mais, ora menos detalhada do(s) locutor(es) citado(s). É o que pode ser observado no exemplo abaixo:

Em quantidade

(...) O deputado (Euclides de Mello, PRN-SP, primo do presidente da República) discursou na cerimônia, ao lado do prefeito (de São Simão-SP), padre Plínio Toldo (PFL):

- Padre, eu vou levá-lo a Brasília para que o senhor abençoe o meu gabinete, o da ministra Margarida Procópio e o do presidente da Caixa, Lafayette Coutinho.

O padre não se conteve:

- E o do presidente também.

Mello concordou:

- E o do presidente também.

Encerrada a solenidade, o deputado virou-se para o prefeito:

- Padre, como eu sei que o senhor é pobre, vou mandar uma passagem de avião até Brasília.

- Não se preocupe, meu filho, eu vou na boléia do caminhão.

- Que caminhão, padre?

- O caminhão que vai levar toda essa água benta.

(Contraponto, 13/03 p.1-4).

As chamadas citações de cultura (Maingueneau, 1989) nas quais ocorre a adesão entre os "*seres do discurso*" e entre eles e os alocutários, pelo pronto conhecimento do sentido de uma voz geral, também apresentam freqüentemente um cunho irônico. Nessa linha, o ponto de vista retratado nas palavras citadas não é encampado, mas antes ridicularizado pelo locutor citante, que deseja partilhar esse sarcasmo com seu leitor.

Quando da queda da ministra Zélia e do início da chamada fase "*soft*" do governo, houve uma corrida dos governadores e parlamentares aos cofres públicos federais. Todos, inclusive os tidos como oposicionistas, como Leonel Brizola, dirigiam seus pedidos de verbas a Brasília.

Visando à caracterização da situação de troca de favores tão presente nos meios políticos, o jornal utiliza-se do já comum desvirtuamento das palavras de São Francisco de Assis "*É dando que se recebe*". A mudança do entorno da citação, ou seja, a aplicação da expressão a uma esfera diferente de experiência, confere-lhe um significado novo, irônico e cômico. Da mesma forma, para relatar a reação verbal de Brizola, quando abordado sobre o assunto, reproduz, sob forma de discurso indireto, o dito popular "*Quem não chora não mama*". O registro de tais estereótipos reunidos, além de provocar a adesão automática do leitor, garante rendimento comunicativo eficaz: sendo o seu significado corrente conhecido de todos os leitores, a compreensão do significado cômico-irônico de toda a situação ali resumida é imediata. A citação com essa função revela-se, assim, um importante recurso

textual-argumentativo e a sua exploração como palavra bivocal divergente acusa o ponto de vista crítico do jornalista:

Na nova versão do "é dando que se recebe", Brizola diz que "quem não chora não mama" (26/05, 1-1)

O ponto de vista crítico acima referido encontra outras evidências no texto da notícia, como o recurso à expressão culturalmente cristalizada *lua-de-mel*, empregada pelo jornalista para definir o momento marcado pelo cuidado dos parceiros em agradarem um ao outro, evidente na relação entre o presidente e o governador, bem como pela citação das palavras enciumadas do governador da Bahia, aliado de Collor:

Sua lua-de-mel com Collor provoca a pressão do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães: "Se estão dando tanto aos inimigos, como amigo posso querer muito mais", disse.

A observação dos exemplos enumerados traz à lembrança o importante papel desempenhado pelo aspeamento, não apenas na busca pela fidelidade no relato, pois, através delas, o locutor rompe a aparente homogeneidade do texto, nele inserindo a voz do outro e autenticando seu próprio discurso (cf. AUTHIER-REVUZ, 1980), mas também para acrescentar ao relato uma nota de ironia. É o que pode ser observado, igualmente, em um artigo em que o jornalista Josias de Souza, comentando a (falta de) atuação do ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, a ele se refere, ironicamente, como "*Magri(nho)*", "*o halterofilista, lutador de judô e rasgador de listas telefônicas que Collor improvisou como ministro*". Conforme ressalta o jornalista, apesar das constantes humilhações a que era submetido, como, por exemplo, ter decisões da alçada de seu ministério tomadas por ocupantes de outras pastas, Magri via-se impossibilitado de pedir demissão, devido a uma declaração que fizera. Através da transcrição da fala relatada, o locutor citante ironiza a situação do ministro e se exime do juízo feito com relação aos ministros anteriormente demitidos, imputando-o claramente a Magri, o locutor citado. A declaração aspeada ressalta a situação incômoda em que o próprio ministro se colocara:

O pior é que Magri(nho) não pode sequer se demitir. Declarou que demissão é coisa de ministro "incompetente ou corrupto".(17/04/91, 1-2).

5. Prevenindo mal-entendidos

Conforme se viu até o momento, na ironia, a menção que duplica o uso dos vocábulos é velada, sendo o seu reconhecimento e a sua interpretação possíveis unicamente com o auxílio de dados do contexto verbal circundante e de referências que apontam para o ponto de vista de um enunciador crítico, com o qual o locutor se identifica. Dessa forma, nem sempre a intenção irônica é captada pelo leitor, que pode, ingenuamente, interpretar de maneira literal e positiva a intenção sarcástica do autor. Objetivando evitar ambigüidades ou mal-entendidos, especialmente em textos com feitiço de comentário, o autor da ironia muitas vezes aponta explicitamente a direção em que suas palavras devem ser interpretadas.

Esse expediente pode ser localizado, por exemplo, em um artigo assinado por Roberto Romano e publicado na seção Tendências/Debates, que comenta a aproximação do governador Leonel Brizola com o presidente Fernando Collor de Mello, por ele duramente criticado durante a campanha presidencial. O autor lembra que o governador chegou a tachar o então candidato à Presidência de "*filhote da ditadura*". Todavia, pouco mais de um ano depois, Brizola aproximou-se do presidente, em nome dos "*valores mais altos do povo brasileiro*". O locutor citante, autor do texto, ironicamente, aspeia o torneio verbal, adotando um ponto de vista que o leva a conferir à palavra uma acepção negativa, diferente, portanto, do ponto de vista de Brizola, locutor citado. O estatuto divergente dessa palavra bivocal aspeada fica estampado, logo em seguida, por uma cadeia de questionamentos que ridicularizam, passo a passo, a afirmação do governador, numa forma de revelação precisa do tom irônico com que é feita a referida citação:

Quais os "valores" prezados na santa aliança entre Brizola e Collor? O confisco impiedoso atentando diretamente contra a propriedade dos cidadãos? (...) O silêncio cúmplice face à matança de corpos infantis? A invasão de jornais, a tentativa de silenciar críticas com processos espúrios, baseados em ordenamentos espúrios, como é o caso da atual campanha contra a Folha? (...) (17/04, 1-3)

Procedimento idêntico pode ser encontrado no artigo de Jânio de Freitas do dia 13 de março de 1991, intitulado *Encontros e Desencontros*, em que o colunista comenta uma entrevista da ministra Zélia, discordando inteiramente da avaliação feita por ela de seu primeiro ano frente ao ministério.

Já no primeiro parágrafo, o autor deixa claro seu ponto de vista desfavorável à exposição da ministra, ao qualificá-lo de irreal, fruto da cegueira de quem está muito à vontade no poder. Contesta, a seguir, a declaração de Zélia referente à falta de apoio da imprensa para com as medidas econômicas por ela tomadas, considerando-a equivocada, e afirmando, com sarcasmo, que ocorrera exatamente o contrário: a ministra tivera todo o apoio, embora o projeto econômico apresentado não o merecesse, uma vez que chegava a ser ilegal, contrariando a Constituição Brasileira. Paradoxalmente, quando os meios de comunicação começavam a se rebelar, um ano depois, Zélia parecia não enxergar as críticas, e acreditava estar contando, nesse momento, com a aprovação da imprensa. O trecho é entremeado de palavras aspeadas, tomadas do discurso da ministra, numa busca de fidelidade ao texto reportado, que serve de base para o comentário irônico do jornalista, feito em seqüência imediata à fala citada:

Eis como Zélia descreve a fantástica massa de apoio acrítico dado pelos meios de comunicação ao Plano Collor 1, a ponto de aplaudir o seqüestro inconstitucional e ilegal da poupança: "Se dependesse da imprensa, o plano teria fracassado no primeiro ou segundo dia após sua edição." Mas, depois de um ano de "irracionalidade da imprensa", "o ambiente mudou muito, a própria imprensa mudou, dá pra perceber, o tom da imprensa está mudando". Só se for pra pior, porque mesmo apoiadores do Plano Collor 1 e do governo em geral estão nos

jornais, todos os dias, com críticas sempre mais ácidas e impacientes à política econômica. É reconfortante, porém, saber que a ótica da ministra recebe aplausos como críticas e críticas como afagos". (13/05/91 1-5)

É, certamente, a ironia presente no comentário do colunista que favorece o sentido polifônico do adjetivo "*reconfortante*" no final do texto dado. Mas o nítido posicionamento do articulista deixa às claras a perspectiva argumentativa inversora que está por trás do sentido desse adjetivo. A ironia, não mais velada, chega a ponto de deboche, no decorrer da seqüência textual. É, por exemplo, em tom de deboche que o autor afirma ser o teor da entrevista mais apropriado a considerações sobre a psicologia de Zélia do que a uma avaliação do desempenho governamental. A seleção da fala da ministra como alvo da ironia do autor determina como esquema basicamente estruturador do texto uma seqüência estabelecida em termos de citação de fala - comentário.

Em outro artigo, *Autores e Protetores*, Jânio de Freitas comenta o infundado argumento do coordenador do IBGE, segundo o qual o IPC não poderia servir como índice para as aplicações da correção monetária, uma vez que fora criado para medir cruzados, moeda que não mais existia:

À objeção de que o IPC foi criado por lei e, portanto, só pode ser extinto por lei, o argumento do governo - exposto pelo presidente do IBGE, Eduardo Guimarães, é como um presente para poucos e ameaça para muitos. Diz ele que a lei, ao criar o IPC, estabeleceu que este índice mediria a inflação em cruzados, "e como não existem mais cruzados..."

No comentário que se segue, o articulista propõe uma inversão de posições com o governo, alternando-lhe os papéis de credor e devedor, demonstrando, assim, através da ironia explicitada, toda a incoerência da explicação do coordenador do IBGE:

Por este argumento, quem for inquilino de integrantes do governo, com contratos feitos em Cz ou NCz, fica dispensado de pagar o aluguel e ainda pode exigir a devolução do que pagou, de um ano pra cá, em cruzeiros. Já para os milhões de seqüestrados da poupança, que era nos Cruzados Novos que "não existem mais", o argumento é ameaçador.(24/3, 1-5)

A explicitação da ironia é também recurso brilhantemente utilizado na coluna dominical de Ricardo Semler, como se pode comprovar no artigo "*Bom dia, eco-históricos*", fonte de muita polêmica e protestos entre os leitores. O artigo aborda a intenção crescente entre os empresários em apresentar-se perante seus clientes como pessoas conscientes e preocupadas com a ecologia. O autor revela que essa atitude é apenas aparente, uma vez que, até pouco tempo antes, esses empresários sequer admitiam que o assunto lhes dissesse respeito. A própria referência aos ecologistas como "*eco-históricos*" teria sido retirada do jargão corrente entre eles.

O crescente interesse pela mudança de imagem teria sido relatado ao colunista por publicitários, mas a autenticidade dos princípios subjacentes a esse interesse é negada no texto, já de início, pela atribuição aos empresários do epíteto de "eco-responsáveis", criado na mesma forma do jargão "eco-históricos" e do adjetivo "modernos", altamente pejorativo; pelo emprego do verbo "forjar", que expressa falsidade, simulação, e pela expressão interjectiva *ora, ora...*, de manifestação de discordância impaciente:

Até há pouco, ecologia era "coisa de gay desocupado", diziam os empresários. Eco-históricos eram chamados. Mas, tudo mudou.

De fato, vários publicitários têm me dito que agora vivem sendo procurados para forjarem para seus clientes uma imagem de eco-responsáveis. De modernos ambientalistas empresariais. Ora, ora...

O comentário feito por Semler classifica de oportunista essa atitude, baseada na preocupação ambientalista em voga, devido à aproximação da Convenção Internacional sobre o assunto, que seria realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

Em seguida, sempre dentro do espírito de ironia desencadeada a partir do comentário de trechos de falas reportadas, o autor interpela o empresário-leitor, parodiando uma expressão freqüentemente utilizada pelo então presidente Fernando Collor, ao dirigir-se, em seus discursos, à população brasileira:

***Minha gente (como diria o governo), vamos ser razoáveis!
(...) (24/3, 1-11)***

Classificando como uma farsa o comportamento, tanto de empresários como do governo, o colunista conclui, afirmando que ambientalismo não é questão de campanha nem de imagem; depende, antes, de uma mudança efetiva da mentalidade da população, que pode ser obtida a partir do despertar dessa preocupação nos estudantes, desde as séries iniciais, e em uma mudança da legislação ordinária.

Em algumas situações, a explicitação da ironia revela-se propícia ao emprego de verbos "sentiendi" encabeçando o processo de citação da fala do outro. É o caso, por exemplo, da informação jornalística sobre a primeira reunião do ano de 1991 da Assembléia Legislativa de São Paulo, em que ganha vulto o descontrole emocional de alguns deputados presentes.

No texto, são utilizados verbos e locuções que, embora à primeira vista possam parecer inadequados para referir-se a atitudes de parlamentares, transmitem com propriedade o clima em que se deu a discussão e revelam a total desaprovação do locutor para com o fato que cita. A seqüência de discursos diretos empregada tem o efeito cênico revelador do clima de discussão já denunciado pela manchete da reportagem ("*Bate-bocas dominam primeiro dia na Assembléia de São Paulo*"):

Duas horas após a abertura da primeira sessão ordinária da Assembléia Legislativa, ontem, os deputados estaduais já haviam se encarregado de mandar para o espaço o decoro parlamentar. "Excludente, sectário", berrou o líder do PMDB,

Arnaldo Jardim, para o deputado Ivan Valente (PT) que ocupava a tribuna. "O senhor, um intolerante", retrucou o petista.

(...) "Isso aqui não é lugar de brincadeira", precisou lembrar aos demais o deputado Valente.

O barulho todo começou porque os petistas resolveram devolver os carros a que têm direito. Ao todo, 14 carros modelo Opala. "Os Opalas estão com a imagem desgastada junto à opinião pública", argumentou Cunha. Aí não se sabia se o problema era com o carro oficial ou com a marca do automóvel.

O líder do PDS, deputado Sílvio Martini, perguntou: "Mas vão devolver só os carros ou vão exonerar os motoristas também?" Não apareceu ninguém do PT para responder.(...). (20/03 p.1-4)

Como se vê, na transcrição da fala do outro relatada sob forma de discurso direto, a avaliação do locutor citante pode ser efetuada sob forma de comentários no intervalo entre dois fragmentos de fala transcrita, ou após um deles. De natureza bastante diversificada, esses comentários podem ter um desenvolvimento mais evidente ou embutir-se na simples seleção de um verbo de elocução categorizador da fala reportada, como ocorre com o comentário a respeito do desempenho lingüístico de um deputado:

"Os senhores vão devolver em definitivamente?", perguntou, atropelando o português, o deputado Abelardo Camarinha (PMDB). (20/03/91, 1-4).

Dentro da mesma linha, o verbo ironizar é empregado para caracterizar a atitude comunicativa do deputado Erasmo Dias, quando questionado a respeito de nepotismo:

O deputado Erasmo Dias (PDS) nomeou para um dos três cargos em comissão a filha Márcia (...). "Tenho no meu gabinete uma filha minha e dez filhos dos outros", ironizou. "Nepotismo seria o contrário".(14/04/91, 1-10).

Conclui-se, assim, que, embora afirme perseguir o máximo de objetividade possível, o jornal reflete constantemente a presença humana, a participação, o engajamento. Desde o recorte feito no universo das palavras do outro até a estrutura verbal selecionada para relatá-la, passando pela decisão entre empregar ou não o aspeamento e pela escolha do verbo delocutivo no interior da citação, tudo reflete a presença do locutor citante, que efetua um aproveitamento diferenciado das alternâncias de vozes no interior do texto, interferindo, em graus diversificados, nas falas que relata. Dentre as funções que pode assumir o emprego do discurso de outrem destaca-se a função de ironia, que, seja de forma implícita ou explícita, revela-se um importante recurso de ordem textual-discursiva.

Referencias bibliograficas

- AUTHIER-REVUZ, J. 1980. Paroles tenues à distance. *Materialités Discursives*, Colloque des 24,25,26 de abril, 1980. Universit, Paris X - Nanterre Press Universitaires de Lille.
- BAKHTIN, M. 1979, *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. (Trad. M. Lahud e Y. E. Vieira). São Paulo: Hucitec.
- BENITES, S. A. L. 1996. A citação no Discurso Jornalístico. *Trabalhos em Lingüística Aplicada* nº 28, Campinas: Edunicamp.
- BERRENDONNER, A. 1981. *Elements de Pragmatique Linguistique*. Paris: Minuit.
- DUCROT, O. 1984. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes.
- FARIA, M. A. 1991. *O Jornal na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto.
- Folha de S.Paulo*, caderno brasil, exemplares de domingo e quarta-feira, 13/03/91 - 14/07/91.
- LAGE, N. 1985-a. *Linguagem Jornalística*. São Paulo: Ática.
- LAGE, N. 1985-b. *Estrutura da Notícia*. São Paulo: Ática.
- MAINGUENEAU, D. 1989. *Novas tendências em Análise do Discurso*. (Trad. Freda Indursky), Campinas: Pontes.
- MARCONDES Fº, C. 1986. *O Capital da Notícia (jornalismo como produção social de segunda natureza)*. São Paulo: Ática.
- Novo Manual da Redação*. 1992. Folha de São Paulo, São Paulo.
- REYES, G. 1984. *Polifonia Textual - La citación en el relato literario*. Madrid: Gredos.
- SEVCENKO, N. 1985. O rosto do Mundo. In: *Primeira Página*. Folha de S.Paulo, São Paulo.
- WEINRICH, H. 1968. *Estructura y Función de los tiempos en el Lenguaje*. Madrid: Gredos.